

ca que não se tenham dado a conhecer os diversos programas estéticos, no contexto das variáveis políticas do tempo.

A quarta e última parte, «Repressão e concorrência», leva-nos ao campo da acção censória e das estéticas de oposição, que também não são analisadas intrinsecamente e que merecerão, sem dúvida, estudos mais aprofundados.

A obra de Jorge Ramos do Ó é, pois, ambiciosa em termos de referências diversas às mais diferentes estruturas do poder e da cultura; é servida por isso de um notável aparato estatístico e de quadros informativos abundantes, mas perde-se um pouco numa proliferação de dados e num discurso analítico nem sempre incisivo e esclarecedor, o que torna difícil a captação do seu sentido. No entanto, não devemos esquecer que se trata de uma obra de juventude. Neste sentido, deve sobretudo destacar-se que é a primeira abordagem global realizada sobre temática tão vasta. Trata-se de uma publicação que, embora atrasada em termos de edição, é de grande importância para a percepção de temas a desenvolver no campo da história da cultura. Espero que o facto de Jorge Ramos do Ó se ter «retirado» para outro campo de investigação, não o «retire» de um aprofundamento nesta mesma área, dado que a história da educação, apesar da sua eventual autonomia, é também uma área da história da cultura.

LUÍS REIS TORGAL

*David Corkill, The Development of the Portuguese Economy. A Case of Europeanization, Contemporary Economic History of Europe* (coleção editada por Derek Aldcroft), Londres, Routledge, 1999, 259 páginas.

O novo livro de David Corkill sobre o desenvolvimento da economia portuguesa constitui um contributo muito oportuno para uma bibliografia rara e frequentemente pobre. De facto, os livros em língua inglesa sobre assuntos portugueses não são de modo algum comuns e os que são lançados a público por uma editora prestigiada e inseridos numa colecção editada por um estudioso de renome são verdadeiramente excepcionais. David Corkill, que é actualmente leitor de Estudos Ibéricos na Manchester Metropolitan University, não se estreia no tema. É autor de outro livro, intitulado *The Portuguese Economy since 1974* (Edimburgo, Edinburgh University Press, 1993), e de diversos artigos, alguns deles publicados no *International Journal of Iberian Studies*. É certo que Corkill recupera neste livro grande parte do seu trabalho anterior, mas revela ter adquirido um conhecimento notável dos assuntos portugueses. O autor conhece não apenas as circunstâncias económicas, como também o curso de eventos políticos, e exhibe um conhecimento muito pormenorizado dos principais actores e instituições sociais portuguesas (que os seus laços familiares podem ter facilitado). Conse-

quentemente, os erros, tanto ortográficos como factuais, que são infelizmente tão comuns na literatura estrangeira sobre Portugal, estão quase inteiramente ausentes deste livro. A este conhecimento, David Corkill soma uma informação igualmente impressionante sobre o funcionamento dos programas e fundos da União Europeia. Deste modo, o autor está indubitavelmente bem preparado para lidar com o tema que se propõe tratar neste livro.

O livro oferece uma síntese competente e actualizada do desenvolvimento da economia portuguesa nos últimos anos, particularmente desde a adesão do país à Comunidade Europeia, em 1986. Embora a discente introdução de Derek Aldcroft procure enquadrar as questões tratadas no livro no contexto da história económica do século xx, David Corkill tende a concentrar-se em desenvolvimentos mais recentes. No primeiro capítulo («From autarky to liberalization») podemos encontrar uma descrição concisa da organização e evolução económica sob o Estado Novo, desde a década de 30 até 1974. São delineadas as experiências deste regime de direita (descrito como uma «ditadura intervencionista»), bem como a ideia de autarca e a sua subsequente evolução para a industrialização e a internacionalização. Contudo, a informação sobre este período é meramente introdutória. Encontramos referências suplementares ao assunto nos capítulos seguintes, em especial no capítulo 9, dedicado ao cresci-

mento e à convergência, que faz um balanço do comportamento da economia portuguesa ao longo dos últimos cinquenta anos. Não obstante, a análise concentra-se no período posterior a 1986 e os pormenores sobre a etapa anterior (1975-1985) são comparativamente escassos. Uma perspectiva mais ampla poderia ter lançado luz sobre os problemas estruturais da economia portuguesa.

Após o capítulo introdutório, o autor analisa o estatuto de Portugal no sistema internacional. No capítulo 2 («Development on the periphery») estabelece padrões comparativos de desenvolvimento e analisa os problemas que emergem da localização geográfica (apenas com um breve apontamento sobre os recursos físicos para sublinhou a dependência do país em matéria de energia) e do passado imperial (manifestações residuais de uma vocação atlântica ou africana). Refere também o tópico da identidade e da auto-representação (sob o qual é discutido o projecto da EXPO 98), mas, no final, não fica claro qual a versão do conceito de periferia adoptada pelo autor — a geográfica, a topológica (que os economistas e sociólogos geralmente utilizam), ou ambas. Esta hesitação conceptual acaba por prejudicar a clareza e o objectivo da análise.

Seguidamente, o autor dedica-se à análise do contexto institucional. Estabelece os legados do corporativismo e do estatismo (a nacionalização do sector financeiro e das principais empresas industriais em 1975), o crescimento, a ineficiência e

o centralismo do Estado e a persistente dependência em relação aos subsídios públicos. Corkill ocupa-se também sobre a mudança de orientação no sentido das privatizações, ao seu alcance e resultados. Nos capítulos 4 e 5 revê o processo de internacionalização da economia portuguesa. Os problemas da competitividade, o papel do investimento estrangeiro (especialmente da fábrica Autoeuropa da Ford-VW) e as estratégias para o desenvolvimento das exportações são sucessivamente examinados, antes da análise das mudanças que se operam ao nível da estrutura e modernização do comércio externo. As relações com a Espanha e a constituição de um mercado ibérico no contexto da integração europeia são objecto de uma análise específica.

Nos capítulos 6 e 7 encontramos uma descrição cuidadosa das mudanças na estrutura económica. Contudo, o agrupamento dos sectores estabelecido pelo autor está longe de ser óbvio. No capítulo 6, os sectores dos serviços, da venda a retalho, da banca e das finanças juntam-se aos da agricultura, silvicultura e minas. No capítulo 7, o turismo é associado às pequenas empresas e à indústria (procedendo-se a uma análise mais pormenorizada do declínio dos ramos da exportação e dos programas financiados pela Europa em prol do desenvolvimento da competitividade industrial). Desta forma, os sectores não surgem agrupados de acordo com a natureza da sua produção ou da sua competitividade e desempenho canónico. O leitor ficará, apesar de tudo, com uma ideia geral sobre as mudanças estruturais

— a crise da agricultura, o crescimento dos sectores do comércio e financeiro, o declínio das indústrias de exportação tradicionais (têxteis, vestuário e calçado), substituídas por outras (a indústria automóvel). Não obstante, um método de exposição mais organizado poderia facultar-nos uma visão mais nítida sobre estas mudanças.

O livro passa então a abordar os problemas do mercado de trabalho e das qualificações da mão-de-obra, muitas vezes identificadas como um dos impedimentos estruturais para o desenvolvimento económico em Portugal. No capítulo 8, o autor analisa a estrutura do emprego e do desemprego, o *stock* e crescimento do capital humano (dedicando especial atenção ao papel da educação formal). A escassez de qualificações é devidamente sublinhada. São também referidos outros aspectos, como a «feminização» da mão-de-obra, a crise provável da segurança social (devido ao envelhecimento da população), o enfraquecimento do papel dos sindicatos e a institucionalização da negociação colectiva.

No penúltimo capítulo David Corkill procura averiguar o desempenho global da economia portuguesa nos últimos cinquenta anos. Partindo do trabalho de João César das Neves, Corkill traça a história do crescimento económico. Mostra de que modo a aceleração económica do período do pós-guerra (que se prolongou até 1973) permitiu alguma convergência com as economias europeias, à medida que a mão-de-obra se transferiu

do sector agrícola para a indústria, de mais elevada produtividade. Mas esta recuperação abrandaria no período subsequente (1973-1985), marcado pela instabilidade política, a inflação elevada, o desemprego e um crescente desequilíbrio externo. Na fase seguinte retoma-se o processo de convergência — em 1995 o PIB alcançou os 68,2 % da média da União Europeia, subindo dos 43% de 1974 e dos 53% de 1986. Apesar da persistência de vulnerabilidades estruturais e de grandes disparidades regionais, a economia portuguesa, se bem que não conseguisse acompanhar o ritmo do desenvolvimento irlandês, saiu-se relativamente bem entre os países do chamado «grupo de coesão» (que inclui também a Espanha e a Grécia). As transferências de fundos estruturais da União Europeia (em grande medida investidos em infra-estruturas) ajudaram certamente a alimentar o crescimento neste período, e esta é uma das razões pelas quais o desenvolvimento económico português pode ser apropriadamente descrito como um caso de europeização.

A convergência real permitiu a Portugal obedecer aos critérios de entrada na união monetária europeia (UME) sem ter de suportar sacrifícios significativos. O crescimento constante, o declínio da inflação e das taxas de juro, os lucros das privatizações, levaram ao aumento das receitas fiscais e à redução dos défices orçamentais e da dívida pública. No último capítulo David Corkill

procura estabelecer os custos e benefícios da integração de Portugal na UME, sublinhando as limitações que a entrega dos instrumentos da política monetária à ortodoxia financeira europeia poderá comportar (por exemplo, a renúncia à desvalorização competitiva). David Corkill refere ainda a ameaça do desemprego e a perda provável do apoio financeiro em consequência do inevitável alargamento da União Europeia aos países do Báltico e da Europa do Leste.

Nos seus comentários finais, o autor parece sugerir que, depois de colhidos os benefícios da integração, Portugal terá agora de pagar os respetivos encargos. É interessante confrontar esta ideia com o debate em curso sobre a economia, já que não é esse o sentimento dominante entre os principais actores e comentadores portugueses. Estes não culpam os critérios de convergência pelo comportamento menos positivo da economia portuguesa nos dois últimos anos e, de um modo geral, não defendem uma política monetária autónoma. Pelo contrário, a necessidade de uma política mais ambiciosa no acompanhamento das orientações da ortodoxia financeira prevalecente é uma convicção partilhada pela Comissão Europeia em Bruxelas, o governador do Banco de Portugal, os partidos de centro-direita, os empresários e outros analistas. Os comentadores não se queixam do facto de que a adesão ao euro limita as despesas públicas. Pelo contrário, afirmam que estas deverão ser ainda mais reduzidas. Verdade seja dita, o clima

económico mudou. Como é frequentemente o caso em Portugal, o grande optimismo, manifestado, por exemplo, pelo crescente consumo privado e o endividamento das famílias, deu lugar às mais sombrias das previsões. Embora o crescimento económico tenha sido superior a 3% em 2000 e a 1,5% em 2001 e o desemprego tenha caído para um novo mínimo (a indústria da construção civil continua a atrair milhares de imigrantes da Europa do Leste), o facto de se ter verificado em Portugal um crescimento ligeiramente abaixo da média europeia (o que significa que a convergência estagnou) desencadeou esta súbita mudança de atmosfera.

Instantaneamente, os problemas estruturais que entravam a economia portuguesa tornaram-se evidentes. A questão da produtividade do trabalho (ainda muito longe da média europeia) adquiriu um significado supremo, à medida que os efeitos da transferência da mão-de-obra do sector agrícola para a indústria e o sector dos serviços se esgotaram. O problema actual é que a parte da despesa pública no PIB continuou a crescer, ao passo que o sector público revela níveis mais baixos de produtividade. O aumento da produtividade é lento, influenciando as taxas de crescimento e de competitividade. O investimento na educação está a produzir resultados insuficientes. As qualificações empresariais e de gestão (as quais, diga-se de passagem, David Corkill negligencia) são claramente inadequadas. O investimento

estrangeiro directo, que começou a transferir-se para zonas mais favoráveis, não logrou reduzir a distância entre as melhores práticas e as práticas médias. Não obstante o apoio do governo, a I&D continua a concentrar-se nas instituições públicas e apenas 13% das empresas com dez ou mais empregados proporcionam formação profissional aos seus trabalhadores. Assim, não deverá surpreender-nos que a capacidade para competir nos mercados internacionais seja, reduzida. Estes problemas têm pouco que ver com as limitações resultantes da integração monetária. Pelo contrário, a participação no euro parece estar a proteger Portugal dos riscos de uma inflação mais elevada e da instabilidade financeira.

Evidentemente, David Corkill não poderia ter antecipado as questões neste debate, mas isto prova apenas que os problemas que abordou se encontram no âmago do debate nacional. O livro de Corkill descreve os progressos realizados pela economia portuguesa (e o papel que a integração europeia desempenhou nesse processo), mas destaca também os limites da convergência com os principais países europeus e a persistência de fortes obstáculos estruturais ao desenvolvimento. O autor leva a efeito esta tarefa de modo competente e vigoroso, se bem que o livro pudesse beneficiar de um método de exposição mais consistente. A ordem e a distribuição dos assuntos pelos diversos capítulos nem sempre são claras. Em consequência, alguns dos

tópicos são abordados de modo pouco consistente. Por exemplo, o leitor é informado de que a Constituição de 1976 tornou as nacionalizações irreversíveis antes mesmo de saber que estas se realizaram; além disso, a abordagem à emigração, que foi um factor crucial na década de 60, encontra-se dispersa por dois capítulos. Não deixa também de ser surpreendente que o autor, depois de nos alertar contra a falibilidade das estatísticas portuguesas, decida usar com frequência dados retirados da imprensa comum e não às próprias publicações oficiais, negligenciando determinadas fontes (os relatórios anuais do Banco de Portugal, por exemplo) e recursos bibliográficos. Nada disto invalida, porém, o mérito e valor do trabalho de David Corkill, que nos proporciona uma síntese actualizada sobre o desenvolvimento recente da economia portuguesa no contexto da integração europeia.

JORGE M. PEDREIRA

*J. M. Brandão de Brito (coord.), Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, 303 páginas.

308 O presente livro constitui o primeiro volume de uma projectada

trilogia intitulada «Revolução e democracia», cujo objectivo essencial é, segundo o editor, «abordar as temáticas e problemas emergentes do derrube do Estado Novo». A obra foi pensada inicialmente pelo historiador César Oliveira e continuada, após a sua morte, por José Maria Brandão de Brito. Este primeiro volume intitula-se *Do Marcelismo ao Fim do Império* e, de acordo com a filosofia inicial do projecto, desenvolve-se em duas vertentes: a da investigação histórica, com textos de Fernando Rosas, António José Telo e Pedro Pizarat Correia, e a da memória evocativa, através dos testemunhos de Fernando Pereira Marques e Adriano Moreira.

No que diz respeito aos três textos de cariz historiográfico, cabe dizer que eles constituem essencialmente reelaborações de textos e comunicações já antes apresentados ou publicados pelos autores, o que traz aos leitores mais familiarizados com a historiografia portuguesa do período uma certa sensação de *dejà-vu*. Fernando Rosas, no ensaio que abre o volume — «O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo» —, retoma algumas das teses sobre o marcelismo expostas em anteriores trabalhos seus. Rosas define o marcelismo como «a derradeira tentativa de auto-reforma do Estado Novo» e explica o seu falhanço e conseqüente derrube pela «inviabilidade de pôr termo à guerra colonial» (p. 59). Para o autor, o marcelismo não foi «um mero dis-